

## SINDIPETRO-LP E FNP SE REÚNEM COM GESTÃO DA PETROBRÁS PARA TRATAR DO **NOVO PCCS E REGISTRO NO CFT**

No dia 19 de agosto dirigentes do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, junto aos sindicatos que compõem a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), participaram da última reunião, do ciclo proposto pela empresa após a greve, com a gestão de RH da Petrobrás para tratar do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e do Conselho Federal dos Técnicos (CFT).

Em relação ao PCCS, a reunião evidenciou novamente o cenário de enrolação por parte da empresa. Embora as federações tenham apresentado uma pauta unificada em março, até o momento a Petrobrás não apresentou nada de concreto. O calendário de negociação só foi aberto após a greve nacional de maio, mas, desde então, a direção mantém uma postura morosa, sem avançar em questões fundamentais para a categoria.

A Diretora do Sindipetro-LP, Stefhanie Merino, destacou “na reunião de hoje a empresa apresentou suas concordâncias e discordâncias com a proposta unificada apresentada pelas federações, porém seria uma ótima reunião se esta tivesse sido a primeira reunião, e hoje estamos na última reunião de negociação deste ciclo, e não temos o detalhamento do que a empresa sinalizou de concordância de como seria implementado para podermos de fato iniciar as negociações”. A dirigente aproveitou a oportunidade para tratar da reposição da carreira de técnico químico “passado 1 ano do único concurso que possuía vagas da carreira de técnico química, até o momento nenhum funcionário deste concurso foi admitido no refino, como podemos discutir plano de cargos e salários, se nem repusemos a destruição dessa carreira, haja vista, o plano para os técnicos químicos no governo anterior era dizimar este cargo, e assim o fez com o avanço das terceirizações, e até hoje não repusemos o quadro desses técnicos que foram embora em planos de PIDV. O fantasma da privatização ainda paira sobre nós. É um morto vivo, que parece cada vez mais



vivo”, finalizou.

Na reunião, a Petrobrás apresentou apenas alguns pontos que, segundo a gestão, poderiam ser incorporados ao plano. No entanto, esses pontos estão pouco aderentes em relação ao que foi reivindicado pelas federações, resultando em poucas convergências – ainda assim parciais e insuficientes – e em muitas divergências (vide abaixo os pontos). Questões centrais, como progressão na carreira, valorização dos títulos acadêmicos e ampliação das oportunidades de ascensão, continuam sem resposta efetiva.

No encerramento do encontro, a empresa voltou a afirmar apenas que “ainda está pensando” sobre possíveis reparações, condicionando qualquer mudança à continuidade das negociações. Para o Sindipetro-LP, trata-se de mais um capítulo da política de enrolação da Petrobrás, que insiste em adiar definições importantes para os trabalhadores e trabalhadoras.

### ATRIBUIÇÃO E CARREIRA

#### PONTOS DE CONVERGÊNCIA

- ✓ Revisão dos descritivos de cargos à luz dos planos de referência
- ✓ Enquadramento do CBO e sua relação com as atividades desempenhadas
- ✓ Apurar o modelo de organização de cargos e ênfases para evitar reforçar práticas multifuncionais
- ✓ Utilizar elementos mais específicos para contribuir para a “identidade profissional” e facilitar o acompanhamento da atuação profissional

#### PONTOS DE NÃO CONVERGÊNCIA

- ✓ Incluir atividades terceirizadas no plano
- ✓ Criar carreira de fiscal de contrato
- ✓ Adicional de títulos (Ex: Especialização, Mestrado, Doutorado)
- ✓ Incentivo para cargos certificados (Ex: inspetor de equipamentos, Contador, Operadores, Brigadistas, Resgatista, Socorrista)

### PROGRESSÃO NA CARREIRA

#### PONTOS DE CONVERGÊNCIA

- ✓ Critérios para contemplação de empregados, à luz dos limites legais e orçamentários
- ✓ Oportunidades de aprimoramento da matriz de priorização
- ✓ Rituais de passagem na mudança de categoria

#### PONTOS DE NÃO CONVERGÊNCIA

- ✓ Avanço de nível e promoção sem limite de verba
- ✓ Avanço de nível para 70% dos empregados por mérito
- ✓ Avanço de nível em 18 meses para todos
- ✓ Concessão de valor monetário para topados

### MUDANÇA DE CARGO

#### PONTOS DE CONVERGÊNCIA

- \* Buscar maior transparência no processo de mudança de ênfase/cargo
- ✓ Avaliar formas de comunicar e registrar adequadamente cada etapa

- ✓ Restringir mudança para empregados com alto nível de maturidade (sênior e masters)

#### PONTOS DE NÃO CONVERGÊNCIA

- ✓ Garantir reposição de vaga com vínculo trabalhista via PSP ou outro empregado

#### CFT: impasse sobre registro continua

Outro ponto discutido na reunião foi o impasse em torno do registro dos técnicos da Petrobrás no Conselho Federal dos Técnicos (CFT). Em 2021, a Resolução 138 regulamentou a profissão de técnico em petróleo e gás, abrindo caminho para a exigência de registro.

Em 2022, o jurídico da Petrobrás apontou a necessidade de inscrição dos trabalhadores no conselho, o que gerou preocupação entre sindicatos e empregados. Já em 2023, foi realizado um estudo sobre possíveis soluções e, no ano seguinte, a empresa comunicou o início de um projeto piloto.

Esse piloto começou em 2025, mas até agora não trouxe soluções definitivas. A proposta atual prevê que as unidades da Petrobrás encaminhem empregados para prova no SENAI, de forma a comprovar a formação exigida pelo CFT.

Pela negociação em curso, em vez de 8 mil, agora metade, aproximadamente 4 mil trabalhadores com certificados técnicos poderiam se registrar imediatamente no conselho, a partir de análise documental e validação jurídica de um termo de compromisso entre Petrobrás e CFT. Já os demais empregados, sem certificado, continuam em situação de incerteza, pois ainda dependem de tratativas entre CFT e MEC para definição de alternativas.

Outro ponto é o custo: o registro no CFT prevê uma anuidade média de R\$ 337, além da possibilidade de cursos virtuais e provas presenciais para habilitação. O Sindipetro-LP e a FNP têm cobrado da Petrobrás garantias de que nenhum trabalhador será prejudicado ou terá que arcar sozinho com os custos decorrentes dessa exigência.

# 1ª REUNIÃO DO ACT 2025 : SINDIPETRO-LP E FNP **ESCLARECEM** **PONTOS DA PAUTA E COBRAM INÍCIO DAS NEGOCIAÇÕES FORMAIS**

No dia 15 de agosto a Diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) se reuniu com o RH da Petrobras, no Edisen (RJ) para apresentar e detalhar a pauta de reivindicações do ACT 2025/2026. O encontro ocorreu antes da abertura formal das negociações e teve como objetivo esclarecer pontos sensíveis e urgentes demandados pela categoria, além de garantir que a companhia conheça de forma aprofundada as prioridades dos trabalhadores.

Logo no início da reunião, o RH informou que não tinha autorização para iniciar tratativas sobre o ACT naquele momento. Segundo os representantes da empresa, a convocação deste encontro teve caráter técnico, com a presença de áreas como o Jurídico e o SMS, além das subsidiárias, para dirimir dúvidas específicas sobre as reivindicações apresentadas. A Petrobrás também afirmou ainda não ter uma data definida para o início oficial das negociações.

A diretoria da FNP reforçou que espera transparência e boa-fé negocial por parte da companhia, respeito às cláusulas já existentes no ACT e reconhecimento à dedicação de toda a força de trabalho da companhia (incluindo aposentados e pensionistas que ajudaram a construir a Petrobrás).

Entre as demandas apresentadas pela FNP, estão: recomposição de efetivo; primeirização; HETT; melhores condições para o trabalho offshore; regimento do teletrabalho; isonomia entre empresas do Sistema Petrobras; valorização dos aposentados; fim dos Planos de Equacionamentos de Déficits (PEDs) na Petros;

extinção da escala 6x1 nas empresas terceirizadas; banco de horas; adicional por tempo de serviço; melhorias em políticas e profissionais de saúde mental; e a pauta das mulheres, construída de forma unificada entre FNP e FUP.

Na oportunidade, a Diretoria do Sindipetro-LP enfatizou a pauta destinada aos trabalhadores e trabalhadoras offshore, que merece atenção especial, já que, nas últimas gestões da empresa, os embarcados sofreram sucessivos ataques e muitos retrocessos. É importante destacar que os pontos abaixo elencados já foram enviados, por meio de ofício, à gestão da Petrobrás

**XV.1 - Saúde e Segurança** – Sem prejuízo de avanços eventualmente obtidos na comissão geral de SMS, entendemos ser necessária uma comissão específica de SMS para os trabalhadores embarcados, dadas as suas conhecidas especificidades. Temos enfrentado sucateamento de unidades e ainda não testemunhamos uma mudança real na política de saúde e segurança. A recente explosão na plataforma PCH-1, como sabido, não é um caso isolado. É apenas sintoma de uma realidade disseminada pela maioria das plataformas em operação nas nossas bases.

**XV.2 - Desvio de Função** - Arrasta-se um problema crônico de Desvio de Função em relação ao chamado “Operador Pintor”. Como é de conhecimento da empresa, profissionais de outras áreas estão sendo utilizados para a realização de pinturas nas unidades, sem qualificação e treinamento adequados para esta função adicional. Manipulam tintas, solven-

tes e EPI's sem a devida expertise e sem previsão do PGR dos riscos envolvidos. Temos buscado o entendimento para superar este problema, mas, diante da falta de diálogo e de solução efetiva, nossos sindicatos deverão ingressar com ações judiciais.

**XV.3 - Hotel no Embarque e Desembarque** - Reivindicamos a garantia de hotel para o pré-embarque e o pós-embarque, pois o trabalhador muitas vezes não tem onde ficar. Hoje é o sindicato que garante o hotel. Tal realidade não é compatível com uma empresa do porte da Petrobras.

**XV.4 - Logística de Deslocamento** - Reivindicamos a cobertura pela empresa de toda a logística para os trabalhadores que moram fora da região do embarque, o que já acontece em outras empresas que prestam serviços à Petrobras. Isso substituiria o auxílio deslocamento.

**XV.5 - Hora Extra de Deslocamento** - Reivindicamos o pagamento de horas extras relativas ao tempo de deslocamento dos trabalhadores que precisam se locomover até bases de embarque distantes, como no caso de Macaé-Farol, Rio-Maricá e Santos-Rio.

**XV.6 - Fiscalização de Hotelaria** - Reivindicamos a garantia de uma fiscalização primeirizada (própria da Petrobras) sobre as condições de hotelaria, que hoje é terceirizada. Para tanto, que sejam tomadas todas as medidas necessárias, como concurso para a área de enfermagem para atuação embarcado. Apesar dos inúmeros movimentos e denúncias,

ainda é de baixa qualidade, por exemplo, a alimentação servida a bordo.

**XV.7 - Vale Alimentação** - A empresa concederá de vale-alimentação aos trabalhadores em regime de embarque, proporcional a 50% do valor pago aos trabalhadores administrativos.

**XV.8 - Sobreaviso** - A empresa se compromete a garantir que os trabalhadores embarcados em sobreaviso recebam sua hora extra interjornada, sem que seja prejudicada a sua remuneração e onde houver alta frequência de HE para pessoal sobreaviso, deve ser implantado o turno.

**XV.9 - Garantia de Salários** - A empresa se compromete a garantir que as remunerações dos contratos novos não prejudiquem os trabalhadores e seus direitos. Jamais deve haver redução dos salários e/ou dos direitos nas trocas de contratos.

**XV.10 - Teletrabalho** - Reivindicamos a inclusão do pessoal de regimes especiais que estejam temporariamente no regime administrativo no acordo sobre teletrabalho.

**XV.11 - Dia do Desembarque** - Demandamos que o lançamento do dia do desembarque passe de -0,5 (menos meio) para 0 (zero), visto que o dia inteiro é perdido no deslocamento do trabalho para casa e que com os seguidos atrasos muitas vezes os trabalhadores só conseguem desembarcar muitas horas depois do horário previsto, literalmente eliminando o primeiro dia do que seria sua folga. **Com informações FNP**

## **SINDIPETRO-LP ACOMPANHA APRENDIZAGEM DE INCIDENTE NA P-68 E **GARANTE** **ACOLHIMENTO E APOIO PSICOLÓGICO A PASSAGEIROS E TRIPULANTES****

No dia 24 de junho, um helicóptero a serviço da Petrobrás precisou retornar ao aeroporto de Jacarepaguá depois de girar 360° sobre seu eixo durante a tentativa de pouso na plataforma P-68. O Sindipetro-LP, por meio do coordenador geral, Márcio André, acompanhou de perto toda a aprendizagem.

As apurações concluíram que o incidente foi causado por condições meteorológicas adversas, com vento de cauda mudando para través à direita, o que provocou um giro acentuado não totalmente compensado pelo rotor de cauda. A situação exigiu alta carga de trabalho dos pilotos,

que conseguiram retomar o controle da aeronave com o auxílio do wing level.

No dia da ocorrência, a Petrobrás paralisou todos os voos para a Baía de Santos, comunicou o caso à ANAC e ao SERIPA, analisou os dados de voo (FDR) e enviou-os ao fabricante. Foi feita uma avaliação pós-voo imediata com os passageiros, além de avaliação psicológica e exame toxicológico da tripulação. No dia seguinte, houve nova conversa com os passageiros para explicar o que aconteceu. O SERIPA classificou o caso como incidente investigável pelo próprio operador aéreo.

O relatório apontou pontos de melhoria, como ajustes nos procedimentos de aproximação, implementação de alertas no sistema de monitoramento de dados (FDM), reciclagem em simulador, verificação extra de manutenção e criação de um processo formal para avaliação de tripulação e aeronave após incidentes, além de garantir acompanhamento e apoio psicológico em casos semelhantes a este. A área de saúde da Petrobrás, junto com o Sindicato, deve estar presente nesses casos para assegurar o cuidado necessário a todos os envolvidos.

Está em andamento a compra de esta-

ções meteorológicas de superfície que serão instaladas nas plataformas do pré-sal, permitindo um controle mais preciso do espaço aéreo — especialmente importante, já que hoje os voos são realizados de forma visual. Essas estações, desenvolvidas para atender operações aéreas em plataformas de petróleo, fornecem dados essenciais em tempo real, aumentando a segurança nas manobras de pouso e decolagem de helicópteros.

O Sindipetro seguirá atento, atuando tanto na cobrança de melhorias operacionais quanto na defesa do acolhimento e do apoio psicológico a trabalhadores e passageiros — porque preservar vidas vai muito além de manter as máquinas funcionando.